

víncias”, “línguas”, “abará”, “negros” etc.) seria interessante que o autor apresentasse um vocabulário semelhante ao que escreveu a professora Alice Canabrava na Introdução à reedição do livro de Antonil, *Riquezas e opulências do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967, págs. 113-123.

Outra observação. O autor não se preocupou muito com a sucessão dinástica e a cronologia, provocando confusão, ao deixar de dar os ascendentes e descendentes de seu biografado e de outras personagens citadas.

Estas observações poderão ser eventualmente aproveitadas pelo autor na obra definitiva.

JOAQUIM MANUEL BRANDÃO DE CARVALHO

* *

*

REIS FILHO (Nestor Goulart). — *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*.

São Paulo. Pioneira. 1968. 235 págs., com ilustrações.

Este livro, com algumas modificações, é a tese de Livre-Docência apresentada pelo Professor Nestor Reis à Cadeira de História da Arquitetura III da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, em 1964, tese em que procura “contribuir para o conhecimento sistemático do processo de urbanização no Brasil colonial e, através dêste, para o conhecimento dos principais determinantes da Arquitetura urbana colonial”.

Numa bibliografia que já vai se tornando rica sôbre os problemas de evolução urbana no Brasil — onde se destacam Richard Morse, Caio Prado Jr., Geiger, Aroldo de Azevedo, Pasquale Petrone, Maria Luiza Marcílio, Sylvio de Vasconcelos entre outros, — o presente trabalho de Nestor Goulart Reis Filho assume importância na medida em que vem discutir a dimensão social e colonial do nosso processo de urbanização. Sabendo o Autor que as formações urbanas brasileiras podem ser discutidas e analisadas sob um prisma científico, mostra que “não constituem um conjunto de dados aleatórios mas são parte de uma estrutura dinâmica — a rede urbana — que deve ser compreendida” (pág. 15) se se deseja entender as formações urbanas de nosso país.

Mas a colocação básica do trabalho é dada quando o Autor vai mostrar que tal estrutura dinâmica (rede urbana) está sujeita a um “processo de origem social — processo de urbanização — que determina o aparecimento daquelas formações” (pág. 15). Para tal análise vai indicar a necessidade do conhecimento do *sistema social da Colônia*, bem como das linhas gerais da política de colonização portuguesa. Todo o primeiro capítulo da obra em questão é dedicado ao estudo da organização político-administrativa e do relacionamento entre a estratificação social e organização econômica, sendo ponto de maior interesse a análise das atividades econômicas urbanas e as camadas sociais correspondentes (pp. 49 a 65), onde mostra que “não sendo possível aos centros urbanos desenvolverem formas de economia complementares da rural, apenas uma parcela muito pequena dos rendimentos da colônia permanecem no meio urbano, com um esbôço de comércio ou manufatura, praticamente inexistente nos centros menores e apenas presente nos de maior importância” (p. 50). Embora o Autor reconheça que não houve nos núcleos brasileiros uma economia urbana própria “senão na segunda metade do século XVII”, existiam atividades econômicas regulares, de caráter urbano, que correspondiam à parcela permanente de sua população. Nestor Goulart considera e examina com cuidado tôdas as formas de rendimento na

colônia, capazes de explicar a existência de pequenos grupos de população nas povoações, mesmo nas mais humildes. Saber em que medida seus componentes influíram na vida e na economia urbana pelo número e pelos recursos financeiros correspondentes, eis a tarefa a que se propõe, embora reconhecendo (nota 84) estar em assunto pouco aprofundado pelos autores de história econômica.

Neste item, talvez dos mais sugestivos pela sua abordagem histórica, vai tratar do comércio e dos comerciantes (págs. 51 a 60); os ofícios mecânicos, funcionalismo e profissões (págs. 60 a 64) e, num breve sub-item, da mineração e dos mineradores (págs. 64 e 65).

Quanto ao lado político da problemática acima proposta, Nestor Goulart vai indicar que as relações entre política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem eventualmente elaborada em *teoria* mas necessariamente elaborada na prática, que é a política urbanizadora (pág. 15). Que entende ele por política urbanizadora? "A política urbanizadora deve ser entendida aqui como um esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização. O grau de controle pode variar, assim como o grau de teorização da política assumida. O objetivo é demonstrar que a política urbanizadora tem como decorrência direta uma rede, e que ambas determinam os papéis que os centros urbanos vão desempenhar no sistema. No caso brasileiro, em decorrência do regime colonial, Portugal se colocava na origem das transformações do sistema social, como agente da política de colonização e como parte importante dessa, da política de urbanização" (pág. 66).

No 3º capítulo, considerando o fato urbano como uma decorrência direta do processo de urbanização, vai indicar que "seu estudo deve tomar como ponto de partida a rede urbana, que é o conjunto das respostas às solicitações do processo. A significação dos núcleos ou de suas partes só pode ser compreendida quando referida ao contexto mais amplo, que é a rede. Ainda que se exponha a política urbanizadora antes de caracterizar a rede, devido à escolha de uma determinada ordem de exposição, o conhecimento daquela só se completa com o conhecimento desta, que é, afinal, a concretização da política urbanizadora. O avanço ao Norte, durante o governo dos Filipes, no princípio do século XVII ou o avanço dos portugueses ao Sul, em direção ao Prata, após a Restauração, somente ficam esclarecidos pelo conhecimento da amplitude da própria rede" (pág. 78).

Embora considere que a análise da formação e evolução da rede urbana brasileira apresenta alguns problemas de ordem *espiritualmente histórica* (p. 78), acha expressivo o Autor fazer o exame da distribuição *geográfica* do desenvolvimento da rede (ver págs. 82 e 83).

Na segunda parte de sua obra, Nestor Goulart, sempre preocupado com a teorização de sua matéria, vai analisar os núcleos urbanos (dispersão e centralização) e a organização espacial dos núcleos urbanos (examinando aí o crescimento dos núcleos e os elementos da organização espacial).

No tratamento metodológico desses problemas, os fatos urbanos, em seus aspectos espaciais, foram tratados em dois níveis distintos: "O nível mais amplo, a rede, como o conjunto ordenado dos elementos espaciais e o nível mais restrito, o núcleo, como parcela ordenada e a unidade daquele conjunto. No estudo dos núcleos, procurou-se identificar, ainda que de forma sumária, o modo pelo qual as características dos principais tipos de edifícios são determinadas pela

maneira segundo a qual se inserem no quadro social e espacial dos centros urbanos” (pág. 15).

Quer-nos parecer que o problema central que o Autor se propõe é saber como se transforma a ação colonizadora no decorrer do processo de colonização, qual sua dinâmica, sobretudo no que tange o sistema social e espacial da Colônia. Como pode ser vista tal transformação da ação colonizadora? Pelo “índice de urbanização”, que “varia conforme a situação” (pág. 91). O trecho que se segue é claro:

“... Nos primeiros dias da urbanização brasileira, quando as populações viviam protegidas pelos muros, o índice de urbanização era praticamente total. Foram os raros anos em que o fluxo de capitais se fez dos mercados urbanos europeus para a retaguarda rural.

Com a dispersão, o índice de urbanização desceu aos mais baixos graus. Todos os homens válidos, com seus capitais disponíveis, tentaram o sucesso na empresa agrícola comercial, cujos lucros médios alcançavam cerca de 4% ao mês. Depois de 1650, com a queda dos preços do açúcar e a centralização, começa a crescer novamente, atingindo valores elevados na região mineira. Seriam esses os elementos que, além dos fatores dinâmicos eternos, viriam lentamente provocar mudanças no mercado urbano da Colônia”. (págs. 91 e 92).

As relações entre a composição da população e seu reflexo na rede urbanística gerada na colonização é vista lucidamente quando mostra que tal composição da população diferia segundo seu papel no conjunto da rede (pág. 99).

E' com tais coordenadas que o Autor estrutura a análise dos fatores de dispersão ou de centralização na constituição dos núcleos urbanos, lembrando que as transformações operadas com a política de centralização — que exigiu a instalação de órgãos político-administrativos mais complexos — não eram apenas quantitativos (um maior número de bispados, por exemplo) mas também qualitativas (necessidade de maior adestramento, engenheiros militares etc.) (pág. 105).

No último capítulo, o Autor trata, de maneira menos teórica (mas segundo a metodologia adotada até então), da organização espacial dos centros urbanos. Examina o crescimento dos núcleos (pág. 112 e segs.), e os elementos da organização espacial (pág. 122 e segs.).

No crescimento dos núcleos examina concretamente os estímulos bem como os obstáculos ao processo. Entre estes últimos, indica como “as pequenas sesmarias concedidas na fase inicial” vão se transformando em “verdadeiras barreiras ao crescimento” (pág. 117).

Entre os elementos da organização espacial vai indicar a *situação* (bem como as funções que a aglomeração poderá desempenhar) no conjunto da rede e do processo de urbanização), o *sítio* (discutindo a natureza do solo, relevo etc.), o *traçado* (discutindo padrões de racionalidade e regularidade, pág. 127); *bairros* e *zoneamento* (discutindo os fatores naturais que levaram às separações, isto é, às formações de bairros, pág. 150); as *construções* (discutindo os padrões das construções urbanas como reflexos das condições de evolução das aglomerações, pág. 153) que subdividiu em “Construções particulares de residência e trabalho”, “construções oficiais” e “construções religiosas”.

Em suma, o Autor procurou demonstrar que o “estudo da urbanização como processo social permite, no caso do Brasil colonial, captar com segurança os aspectos relevantes da sua evolução” (pág. 183). Discutindo a política urbaniza-

dora, parte das bases econômicas da colonização para a montagem da rede urbana, lembrando que tanto portugueses como holandeses procuraram concentrar recursos para núcleos maiores e controlar indiretamente as demais povoações. “Colocados em face das mesmas condições, dois tipos de colonizadores comportavam-se de forma semelhante” (pág. 185).

O presente trabalho possui uma metodologia muito bem fundada em Weber (pág. 20). O acurado estudo realizado tem preocupações com a evolução histórica da colonização e da urbanização a partir de um sistema social, e podem ser vistas na obra em discussão algumas das preocupações que impeliram o historiador português José-Augusto França a analisar, em trabalho clássico, a Lisboa pom-balina.

GISELDA MOTA

* *
*

VILLENA (Guillermo Lohmann). — *Les Espinosa. Une famille d'hommes d'affaires en Espagne et aux Indes à l'époque de la colonisation*. Paris. 1968. Publicação da “École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques — VIe Section”. Coleção “Affaires et gens d'affaires”. 259 pp. 38 Francos.

Este livro é o primeiro que aborda sistematicamente o estudo do comércio e das empresas de um ponto de vista global na transição do XV para o XVI século da colonização da América. A primeira parte do volume começa por uma breve nota relativa à cidade castelhana de Medina de Rioseco, berço da família Espinosa, sítio de feiras medievais e meio propício ao desenvolvimento de uma família de mercadores. Seguem-se três capítulos nos quais estão descritas as atividades de cerca de 250 membros da numerosa dinastia dos Espinosa, dedicados na sua maioria ao comércio, à indústria e ao banco a partir dos meados do XV até os meados do XVII século. A área das operações abrange simultaneamente a Europa e as terras recentemente descobertas de Além-mar. O centro dirigente enraizou-se em Sevilha, onde os Espinosa fundaram um banco.

E' a vida do membro mais importante da família: o Licenciado Gaspar de Espinosa (1477?-1537), que é descrita na segunda parte do livro. Alcaide-Mor e ao mesmo tempo chefe de empresa de “conquista” em Castela de Ouro, exerceu a seguir funções políticas em Madri, foi magistrado em São Domingos; armador, comerciante e agente de banco no Panamá, onde agiu como agente capitalista na conquista do Perú, tornando-se aí conselheiro e assessor de Francisco Pizarro.

Quatro apêndices de documentos reúnem as cartas atualmente conhecidas de Espinosa, os negócios comerciais de seus subordinados e os contratos para o financiamento da conquista do Perú. Para a redação do volume foram utilizadas informações oriundas dos arquivos e bibliotecas de Valladolid, Simancas, Granada, Sevilha, Madri, Washington e Lima.

M. R. C. R.

* *
*